



PROJETO DE LEI Nº 071/PMP/2024

DE 11 DE MARÇO DE 2024.

Altera Dispositivo da Lei nº 025/PMP/2006 - Institui o Estatuto e Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal e dá outras providências.

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS**, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, **APROVA** e eu, Prefeito Municipal, **SANCIONO** e **PROMULGO** a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 169 da Lei nº 025/PMP/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO I
DOS QUANTITATIVOS DOS CARGOS

Art. 169 - À administração do ensino municipal possui o quantitativo de vagas de acordo com os quadros abaixo descrito:

Quantitativo do cargo de Professor do Quadro Permanente por Nível

| CARGOS | NIVEL | QUANTIDADE |
|-----------|-------|------------|
| Professor | I | 0 |
| Professor | II | 09 |
| Professor | III | 25 |

Quantitativo do cargo de Professor do Quadro Transitório

| CARGOS | NIVEL | QUANTIDADE |
|------------------|-------------|------------|
| Secretario Geral | I | 2 |
| Diretor | II e/ou III | |

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei nº 025/PMP/2006, e alterações posteriores, permanecem inalterados.



GOVERNO MUNICIPAL DE

2021-2024

PALMINÓPOLIS

Construindo um novo futuro

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS, Estado de Goiás, aos 11 dias do mês de março de 2024.

FRANC HELVIS VAZ

-Prefeito-



PROJETO DE LEI Nº 071/PMP/2024

Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhora Vereadora.

Encaminhamos a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei nº 071/PMP/2024, para o qual pedimos apreciação dos nobres senhores.

JUSTIFICATIVA

Encaminho a esta Egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei em tela que *Altera Dispositivo da Lei nº 025/PMP/2006 - Institui o Estatuto e Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal e dá outras providências.*

É cediço que a Administração Pública atua sob a direção do princípio da legalidade.

A Constituição Federal em seu artigo 37 traz os princípios inerentes à Administração Pública que são: *Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência*. O escopo desses princípios é de dar unidade, coerência e controlar as atividades administrativas dos entes que integram a Administração Pública.

Segundo o Princípio da Legalidade o Agente Público, em toda a sua atividade laboral, está sujeito aos mandamentos da lei, não podendo desviar das leis, sob pena de praticar ato inválido, pois a Administração Pública em toda a sua atividade está presa aos mandamentos das leis, ou seja, as atividades administrativas estão condicionadas ao atendimento da lei.

A Constituição Federal determinou que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios *“zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas...”* (inc. I do art. 23).

Insta salientar que o Presente Projeto de Lei altera redação do Art. 169 da Lei nº 025/PMP/2006 - Institui o Estatuto e Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal e dá outras providências, tendo como objetivo alterar o quantitativo do cargo de Professor do Quadro Permanente por Nível.

Vale registrar, que a presente alteração visa ainda adequar a legislação municipal, ao retirar da Lei nº 025/PMP/2006 o quantitativo de vagas do cargo de professor.



GOVERNO MUNICIPAL DE 2021-2024
PALMINÓPOLIS
Construindo um novo futuro

Destaca-se, que o quantitativo de vagas para o cargo de professor já esta disposto na Lei Municipal nº 021/PMP/2018 - Dispõe sobre os cargos, quantitativos, atribuições, formas de provimento e vencimento base dos Servidores Públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional em provimento efetivo do Município de Palminópolis e dá outras providências.

Destarte, a alteração proposta no presente Projeto de Lei são necessárias para adequar a legislação municipal as necessidades do Município, bem como para possibilitar as progressões aos servidores do cargo de professor.

Ademais, o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos necessários à realização do princípio da eficiência presente no caput do art. 37 da Constituição Federal requer um constante melhoramento dos dispositivos legais municipais.

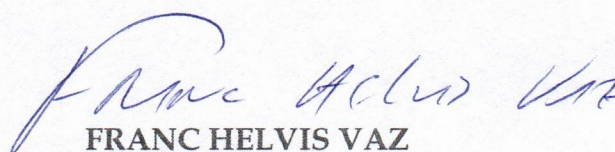
Importante registrar, que a presente matéria atende às exigências contidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar 101, de 04 de Maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169, ambos da Constituição Federal.

Registra-se, que segue em anexo, estimativa de impacto orçamentário financeiro do aumento de quantitativo de vagas, ao qual estabelece que o índice de gastos com pessoal encontra-se dentro dos limites estabelecidos pela legislação pertinente.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração na tramitação do presente Projeto de Lei.

Ante o exposto, o Poder Executivo, conta com o apoio dos representantes desta Casa Legislativa para a aprovação deste projeto de lei em regime de Normal de tramitação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS, Estado de Goiás, aos 11 dias do mês de março de 2024.


FRANC HELVIS VAZ

-Prefeito-